

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACEPCA DO CONVÊNIO-
 MISSO FIRMADO ENTRE A CIA. VALE DO RIO DOCE E
 A COMUNIDADE INDÍGENA PARKATEJÊ (GAVIÃO DO PARÁ).

(EM ANEXO: OS SURUI, EM COMPASSO DE ESPERA)

CEDI - P. I. B.
Jara Ferraz DAIA 03 06 86
Antropóloga* GPD 23

No dia 07 do corrente mês, em reunião realizada na Comunidade Indígena Parkatejê, a Cia. Vale do Rio Doce comprometeu-se a ressarcir àquela comunidade os danos causados pela passagem da ferrovia de Carajás pelo interior da reserva indígena situada no sudeste paraense. E assim foi fixado o valor de 3 bilhões de cruzéiros para a execução, a longo prazo, de projetos específicos, dimensionados a partir daquela comunidade, que terão por objetivo a construção de um modo particular de auto-suficiência. Todos os esforços deverão agora se concentrar nos estudos para a elaboração desses projetos. No entanto, faz-se necessária ainda a preparação de um convênio específico a ser firmado entre a Comunidade Indígena Parkatejê e a Cia. Vale do Rio Doce, com a assistência da Funai, tal como ficou estabelecido na mesma ocasião. E só então a chefia da Comunidade selará um termo de compromisso, tal como ficou explícito ao final da reunião realizada recentemente.

A movimentação dos recursos que serão colocados à disposição da Comunidade até a elaboração dos mencionados projetos (os juros decorrentes da aplicação efetuada em caderneta de poupança, no valor citado, pela CVRD) deverá se dar, preferencialmente, por três representantes da Comunidade, o que proporcionará, a longo prazo, um maior controle sobre os recursos por parte dos integrantes de toda a Comunidade.

O dimensionamento dos projetos, conforme mencionado, deverá se pautar por um modo de vida específico, particular aos Parkatejê, com a devida assessoria calcada num ponto de vista antropológico. A interferência de agências desen-

* ~~Relatório de viagem~~ ao campo realizaôa entre 02 e 14.11.84.
 Parecer relativo à

volvimentistas (bancos comerciais e outras empresas do setor, como EMBRAPA, EMATER, etc.) deverá ser neutralizada em vista da construção de um modo próprio de subsistência (e reprodução cultural) dos Parkatejê.

Permanece sem solução a questão do Loteamento Flecheiras (GETAT) situado no interior da reserva indígena, bem como vem se intensificando o número de ocupações por regionais ao longo da ferrovia, no trecho em que atravessa a reserva. Estas questões dizem respeito à política fundiária que vem sendo posta em prática na região, contribuindo para o acirramento de conflitos, cuja solução está, sem dúvida, atrelada à necessidade de mudanças profundas, de caráter político-administrativo no país.

Finalizando, gostaríamos de chamar a atenção para um aspecto que, a nosso ver, não vem sendo considerado durante a implantação do Projeto Ferro-Carajás. Parece pouco real propiciar às populações indígenas (em área de influência da ferrovia) condições que visem a recuperação de sua auto-suficiência enquanto que as condições mínimas de sobrevivência - como saúde e educação - vêm sendo relegadas a um plano secundário, em relação às populações regionais, que afluem vertiginosamente para os núcleos urbanos existentes na região. Marabá, por exemplo, não dispõe de instalações hospitalares bem equipadas para atender a uma população já muito numerosa e em condições sofríveis de saúde. Em convênio com a Fundação SESP, por exemplo, a CVRD teria condições de proporcionar digno atendimento hospitalar a todos, índios e regionais. Foi assim, dada a inexistência de recursos numa clínica médica particular em Marabá, que, inexplicavelmente para os integrantes da Comunidade Parkatejê, faleceu uma das mulheres mais velhas do grupo, no último dia 11. O constrangimento que se abateu sobre todos na Comunidade impedia qualquer vislumbramento de uma perspectiva de futuro para o grupo.

Um novo chefe do PI Sororó acaba de chegar à área. Novembro de 1984, após muitos meses de expectativas em relação ao "projeto" (tem dinheiro pra nós? onde está o caminhão prometido?) os Surui estão quase todos morando na nova aldeia, 13 casas de taipa construídas por regionais por eles contratados. Outra parte do grupo continua fixada nas proximidades da estrada que atravessa a reserva, junto a um roçado que foi ali formado recentemente. Preparam-se para a coleta da safra de castanha de 1985 a qual, já se sabe, será pequena, ainda menor em relação aos anos anteriores (os desmatamentos na região?).

O GETAT pretende realizar um assentamento de colonos numa área contígua ao exíguo território Surui. Aguarda solução urgente a questão dos limites da área Surui, para a qual chamamos a atenção inúmeras vezes anteriormente - embora homologada, a área deve ser revista.

Parece que a administração dos recursos do Convênio CVRD-FUNAI, a nível local, contribui para mascarar determinados interesses em benefício de outros. É inadmissível, por exemplo, que a Ajudância de Marabá desconheça a questão da necessidade de ampliação da área Surui, preterindo-a em relação à implantação de "projetos". Do mesmo modo, é inadmissível que a Ajudância de Marabá pretenda saldar compromissos financeiros com empresas madeiroiras que, ilegalmente, atuavam no interior da reserva Surui, por ocasião da viagem que realizamos em agosto último. A formação e treinamento de pessoal envolvido na implantação dos chamados projetos de apoio requer maior atenção; de outro modo, estará sob suspeita a própria orientação de prover as diferentes comunidades de condições que visem a sua auto-suficiência.